



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2015, faturamento de R\$ 5.659 bilhões (R\$ 5.774 bilhões no exercício de 2014). No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação pela característica individual de cada segurado, sofisticando sua subscrição através de modelagem estatística e ferramentas mais adequadas de tarifação. Nos Ramos Elementares, atuou em seguros corporativos e massificados, onde obteve uma expressiva carteira de seguros residenciais, atingindo cerca de 1,45 milhões de residências seguradas.

Inovações em Produtos e Serviços

Visando oferecer a melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros busca inovar e aperfeiçoar continuamente o seu portfólio de produtos e serviços. No exercício de 2015 destacaram-se as seguintes ações:

- Segmento Automóvel: início da comercialização do seguro de automóvel para correntistas do Banco Bradesco através de simulador na *internet*;
- Aperfeiçoamento da plataforma *online* para cotação e efetivação de propostas de seguros de automóveis para os corretores de seguros, gerando maior assertividade na subscrição, eficiência e agilidade nos processos e satisfação da força de vendas;
- Bradesco Auto Center (BAC): manutenção da rede de 31 BAC's nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Joinville, Maceió, Natal, Osasco, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santo André, Santos, São Paulo e Vitória. Além de diversos serviços oferecidos, os segurados contam com o agendamento de serviços pela *internet*, no site www.bradescoautocenter.com.br, ou pela Central de Atendimento, proporcionando mais conforto e comodidade para os segurados;
- Ampliação e aperfeiçoamento do processo ágil de regulação de sinistro nas ocorrências de catástrofes naturais, sobretudo na Região Sul do País, reduzindo sensivelmente os prazos médios de indenizações e gerando valor e satisfação aos segurados; e
- Lançamento do Bradesco Seguro Simplicado: produto voltado para clientes Pessoa Jurídica correntistas do Banco Bradesco, donos de pequenas e médias empresas. O novo produto é destinado ao comércio e aos prestadores de serviços mais usuais, como padarias, lanchonetes, restaurantes, *pet shops*, farmácias, entre outros. Oferece contratação rápida e simplificada com coberturas amplas e adequadas ao seu público alvo.

Reconhecimento

O Bradesco Seguro Residencial foi eleito pelo sexto ano consecutivo a "Escolha Certa" em um levantamento realizado pela Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor). Na avaliação final a marca obteve a melhor nota e o melhor custo-benefício entre as 13 empresas participantes da pesquisa. A pesquisa teve os seus resultados apresentados na edição de dezembro da revista Dinheiro & Direitos, publicada mensalmente pela Proteste.

Resultado do Exercício

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2015, Lucro Líquido de R\$ 289,137 milhões (R\$ 184,140 milhões no exercício de 2014).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Auto/RE, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Eventos Societários

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de março, 06 de agosto e 29 de dezembro de 2015, foram aprovados: a) o aumento de capital, no montante de R\$ 43,733 milhões, b) a redução de capital no montante de R\$ 587,939 milhões e c) aumento de capital no montante de R\$ 130,000 milhões, respectivamente, passando o capital social de R\$ 1.419,303 milhões, para R\$ 1.005,097 milhões, representado por 207.644 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade Socioambiental

Programa Auto Reciclagem: projeto pioneiro que atende 90% do território brasileiro e consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes. As peças são doadas às empresas de reciclagem, que devem possuir certificação de empresas especializadas na coleta desses itens para o processo de reciclagem. A Seguradora disponibiliza consulta a um sistema *online* através do qual a empresa credenciada pode verificar em quais oficinas há material disponível para reciclagem, visando planejar a logística de coleta. Nesta linha, pode-se acompanhar toda a cadeia de reciclagem, evitando que peças de automóveis sejam depositadas em margens de rios ou em terrenos baldios. Desde o seu lançamento, em 2009, o Programa já recolheu mais de onze mil toneladas de material; e

Bradesco Seguro Residencial – Assistência Sustentável: lançado em maio de 2015, o serviço de Assistência Sustentável, disponível para os clientes do Bradesco Seguro Residencial, possibilita o descarte ecologicamente correto de bens em desuso, como móveis, colchões e equipamentos eletrodomésticos, além de proporcionar ao segurado, dicas de economia de água, energia e reciclagem de lixo doméstico. O serviço é acionado por meio da Central de Atendimento, agendando data e hora para retirada dos materiais que são desmontados e separados para o aproveitamento ou o descarte correto.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui um departamento independente, denominado Estudos Atuariais e Gestão de Riscos. A estrutura operacional de gestão de riscos do departamento é especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco. Estão inseridos, nesse contexto, o acultamento de gestão de risco e capital nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e do Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, objetivando aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados

à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/15. E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, o Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de governança corporativa robusta, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo) e o Código de Conduta Ética, disponível a todos os públicos com aos quais se relaciona.

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica e tomada de decisões norteadas de clareza, o Grupo possui estrutura de Comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, o Grupo também possui um canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratados com confidencialidade.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Auto/RE avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência são executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os requerimentos da Seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, processos de negócios e tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, Códigos de Conduta e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração da empresa, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa às áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias e realiza testes, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Auto/RE, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às leis e normas relativas aos temas, editadas pelos Órgãos competentes e, principalmente, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Bradesco Auto/RE atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura está alicerçada a partir de Comissão de Avaliação de Operações com Indícios de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo que objetiva a análise individualizada de suspeição para a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Auto/RE, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante para desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada à importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, tais como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam suspeitas de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Auto/RE, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios – PCN, com planejamento e testes periódicos dos planos de ações estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Auto/RE. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de materiais nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)				
	Nota	2015	2014	
ATIVO				
CIRCULANTE		5.124.167	4.383.687	
Disponível		33.272	23.243	
Caixa e bancos		33.272	23.243	
Equivalente de caixa		24.906	50.104	
Aplicações	4	2.188.074	1.665.815	
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.311.855	1.241.686	
Prêmios a receber	6	1.240.647	1.171.123	
Operações com seguradoras		4.528	18.628	
Operações com resseguradoras	7	66.680	51.935	
Outros créditos operacionais		156.750	126.154	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	776.697	711.566	
Títulos e créditos a receber		59.876	37.099	
Títulos e créditos a receber		5.903	9.862	
Créditos tributários e previdenciários	9	52.904	26.341	
Outros créditos		1.069	896	
Outros valores e bens		75.389	53.083	
Bens à venda	8	72.769	53.010	
Outros valores		2.620	73	
Despesas antecipadas		85.808	61.605	
Custos de aquisição diferidos	18c	411.540	413.332	
Seguros		411.540	413.332	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.019.805	4.013.994	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.775.093	3.190.055	
Aplicações	4	2.239.296	2.721.803	
Créditos das operações com seguros e resseguros		186	127	
Operações com seguradoras		186	127	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	133.409	151.044	
Títulos e créditos a receber		389.486	305.902	
Créditos tributários e previdenciários	9	211.563	134.161	
Depósitos judiciais e fiscais	10	165.173	156.008	
Outros créditos		12.750	15.733	
Despesas antecipadas		652	653	
Custos de aquisição diferidos	18c	12.064	10.526	
Seguros		12.064	10.526	
INVESTIMENTO		965	619.343	
Participações societárias	11	-	618.526	
Outros investimentos		965	817	
IMOBILIZADO	12	15.986	26.254	
Imóveis de uso próprio		-	2.736	
Bens móveis		7.716	10.380	
Outras imobilizações		8.270	13.138	
INTANGÍVEL	13	227.761	178.342	
Outros intangíveis		227.761	178.342	
TOTAL DO ATIVO		8.143.972	8.397.681	
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Contas a pagar				
Obrigações a pagar	14	184.932	151.948	
Impostos e encargos sociais a recolher	15	86.404	82.738	
Encargos trabalhistas		5.453	4.954	
Impostos e contribuições	16	15.574	26.632	
Outras contas a pagar		55	4.324	
Débitos de operações com seguros e resseguros		366.710	381.723	
Prêmios a restituir		4.252	5.134	
Operações com seguradoras		20.995	11.080	
Operações com resseguradoras	7c	174.990	175.908	
Corretores de seguros e resseguros		157.397	181.566	
Outros débitos operacionais		9.076	8.035	
Depósitos de terceiros	17	71.057	76.436	
Provisões técnicas - seguros	18	4.419.567	4.309.707	
Danos		4.419.567	4.309.707	
Outros débitos		1.600	-	
Débitos diversos		1.600	-	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.261.694	1.180.075	
Provisões técnicas - seguros	18	1.108.247	1.050.419	
Danos		1.108.247	1.050.419	
Outros débitos		153.447	129.656	
Provisões judiciais	19	141.980	114.989	
Outros débitos		11.467	14.667	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	1.730.926	2.179.144	
Capital social		875.097	1.314.303	
Aumento de capital em aprovação		130.000	105.000	
Reservas de lucros		925.091	865.954	
Ajustes de avaliação patrimonial		(196.605)	(103.456)	
Ações em tesouraria		(2.657)	(2.657)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.143.972	8.397.681	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014				
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)				
	Nota	2015	2014	
Prêmios emitidos	25a	5.658.753	5.773.865	
Varição das provisões técnicas de prêmios		12.386	(577.398)	
Prêmios ganhos	24	5.671.139	5.196.467	
Receitas com emissão de apólices	25b	9.660	9.178	
Sinistros ocorridos	25c	(3.550.287)	(3.320.555)	
Custos de aquisição	25d	(976.225)	(957.694)	
Outras receitas e (despesas) operacionais	25e	(461.732)	(401.091)	
Resultado com resseguro	25f	(28.207)	(104.681)	
Receita com resseguro		326.218	142.549	
Despesa com resseguro		(354.425)	(247.230)	
Despesas administrativas	25g	(855.832)	(813.366)	
Despesas com tributos	25h	(117.931)	(99.972)	
Resultado financeiro	25i	661.261	506.870	
Receitas financeiras		842.515	628.965	
Despesas financeiras		(181.254)	(122.095)	
Resultado patrimonial	11	32.521	193.818	
Resultado operacional		384.367	208.974	
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(4.803)	1.320	
Resultado antes dos impostos e participações		379.564	210.294	
Imposto de renda	25j	(52.430)	(10.942)	
Contribuição social	25j	(31.854)	(6.609)	
Participações sobre o resultado		(6.143)	(8.603)	
Lucro líquido do exercício		289.137	184.140	
Quantidade de ações		207.644	189.554	
Lucro por ação - R\$		1.392,46	971,44	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014				
(Em milhares de reais)				
		2015	2014	
Lucro líquido do exercício		289.137	184.140	
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda:				
Companhia	(156.938)		24.727	
Coligada	298		(423)	
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada		1.392	2.050	
Efeitos dos impostos		62.099	(10.541)	
Total do resultado abrangente do exercício		195.988	199.953	
Atribuível ao controlador		195.988	199.953	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)				
		2015	2014	
Atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos e participações		379.564	210.294	
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações		68.782	50.770	
Resultado positivo de equivalência patrimonial		(32.521)	(193.818)	
Perda (Ganho) na alienação de investimentos e imobilizado		3.365	50	
Despesas antecipadas		(24.202)	(13.424)	
Custos de aquisição diferidos		254	(54.402)	
Ativos de resseguros provisões técnicas		(32.247)	(61.931)	
Variações das provisões técnicas		3.899.967	4.093.050	
Provisão para riscos sobre créditos		36.536	(3.357)	
Juros e variação monetária		46.308	11.723	
Lucro líquido ajustado do exercício		4.345.806	4.038.955	
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):				
Aplicações títulos a valor justo por meio do resultado		280.364	(720.393)	
Créditos das operações de seguros e resseguros		(104.530)	(235.961)	
Outros				



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldos em 1º de janeiro de 2014	1.323.700	-	53.798	671.780	(119.269)	-	-	1.930.009
Aumentos de capital:								
AGE em 28/02/2014	-	60.000	-	-	-	-	-	60.000
AGE em 31/03/2014	-	39.800	(31)	-	-	-	-	39.769
AGE em 23/07/2014	-	(109.197)	-	-	-	-	-	(109.197)
Portaria SUSEP nº 5.980 de 06/08/2014	60.000	(60.000)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 39 de 15/08/2014	39.800	(39.800)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 74 de 03/10/2014	(109.197)	109.197	-	-	-	-	-	-
AGE em 29/10/2014	-	105.000	-	-	-	-	-	105.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	14.583	-	-	14.583
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada	-	-	-	-	1.230	-	-	1.230
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	(2.657)	-	(2.657)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	184.140	184.140
Dividendos propostos (R\$ 230,72 por ação)	-	-	-	-	-	-	(43.733)	(43.733)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	9.207	131.200	-	-	(140.407)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.314.303	105.000	62.974	802.980	(103.456)	(2.657)	-	2.179.144
Aumentos (redução) de capital:								
AGE em 27/03/2015	-	43.733	-	-	-	-	-	43.733
AGE em 06/08/2015	-	(587.939)	-	-	-	-	-	(587.939)
AGE em 29/12/2015	-	130.000	-	-	-	-	-	130.000
Portaria SUSEP nº 134 de 03/03/2015	105.000	(105.000)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 218 de 17/07/2015	43.733	(43.733)	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1.271 de 14/10/2015	(587.939)	587.939	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(93.984)	-	-	(93.984)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada	-	-	-	-	835	-	-	835
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	289.137	289.137
Dividendos propostos (R\$ 481,59 por ação)	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Juros sobre capital próprio (R\$ 626,07 por ação)	-	-	-	-	-	-	(130.000)	(130.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	14.457	44.680	-	-	(59.137)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	875.097	130.000	77.431	847.660	(196.605)	(2.657)	-	1.730.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião de Diretoria, em 19 de fevereiro de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação
Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e, alterações observadas, serão reconhecidas no período observado e futuros. As notas explicativas: 2d - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 9 - Ativos e passivos fiscais; 18 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 19 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Classificação dos contratos de seguros
Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurador, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

e. Aplicações e Instrumentos financeiros
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

- Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)**
São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento**
Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.
- Ativos financeiros disponíveis para venda**
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.
- Determinação do valor justo**
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.
- Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.
- Empréstimos e recebíveis**
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

f. Redução ao valor recuperável
A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, o estudo avalia a evolução dos saldos a recuperar por ano de pagamento do sinistro, considerando a representatividade do montante não recebido, perante o total a recuperar junto aos resseguradores. No caso das recuperações de cosseguro, o estudo consiste em observar as recuperações de sinistros de cosseguro cedido, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses, sobre valores com atraso a mais de 164 dias, levando-se em consideração a média ponderada de dias do fluxo de liquidação de sinistros.

g. Imobilizado
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

h. Intangíveis
Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano. Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios

econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Outros valores e bens
É composto substancialmente por salvados que são estimados com base no valor de realização deduzidos dos custos de vendas dos bens.

j. Ativos de resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perdas são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

k. Custos de aquisição diferidos
Custo de aquisição diferidos compreende os custos com despesas de comissão e angariação/agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizadas, pelo período de vigência das respectivas apólices, ou pelo prazo médio de 12 meses.

l. Impairment de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

m. Provisões técnicas
A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "*pro rata*" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros, deduzido dos custos iniciais de contratação. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da PSL na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência, e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de provisão para insuficiência.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira. Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

(i) Operações com o Convênio DPVAT
A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros, deduzido dos custos brutos de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a produtos em *run-off* foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE. O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, consequentemente, registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes
São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(ii) Passivos contingentes
As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais
As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

o. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações pro aposentadorias
Plano de contribuição definida
A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As contribuições da Companhia passaram de 4% para 5% do salário, acrescidas do percentual destinado às coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.



Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2015, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

q. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração do Grupo Bradesco Seguros.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3 Gerenciamento de riscos

a. A Companhia está exposta aos riscos de seguros/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais relacionadas na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, o Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM – Asset Liability Management. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

- A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.
- As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

c. Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2015

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo.

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de	Líquido de
	resseguro	resseguro
	R\$ mil	R\$ mil
Auto	(21.917)	(21.917)
Ramos elementares	(8.359)	(6.410)

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos.

Região Geográfica	Líquido de Resseguro - 2015		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.602.664	859.212	2.461.876
Sul	855.309	213.979	1.069.288
Nordeste	806.744	88.539	895.283
Centro-Oeste	545.749	66.880	612.629
Norte	110.355	27.644	137.999
Total(*)	3.920.821	1.256.254	5.177.075

Região Geográfica	Líquido de Resseguro - 2014		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Centro-Oeste	516.506	57.310	573.816
Nordeste	783.550	85.575	869.125
Norte	104.514	25.078	129.592
Sudeste	1.744.972	824.560	2.569.532
Sul	967.506	170.327	1.137.833
Total(*)	4.117.048	1.162.850	5.279.898

(*) Não inclui os montantes de R\$ 39.689 (R\$ 29.712 em 2014), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE), R\$ 166.564 (R\$ 160.026 em 2014), relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

d. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

A compra de resseguro tem naturalmente embutido em sua operação, por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, que observa, além dos requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns outros parâmetros na escolha desses parceiros, que minimizam o risco de crédito intrínseco à operação, tais como: *rating* mínimo A- da *Standard & Poor's*, S&P (ou equivalente), exceto para os Resseguradores Locais, e patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos. Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim elevações do risco de crédito.

Conforme demonstração de resultado de 2015, o prêmio cedido em resseguro foi de 17,79% do prêmio emitido de RE (nota 25f), enquanto o prêmio emitido líquido de seguro de RE foi de R\$ 1.547.933 cabendo ressaltar que praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A.. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No quadro abaixo demonstramos nossa exposição ao risco de crédito, quanto aos números de resseguro, relacionados a créditos e débitos de operações com ressegurador e ativos de resseguro.

TIPO	Rating	2015		2014	
		Exposição (R\$)	%	Exposição (R\$)	%
LOCAL	N/A	879.768	85,37%	828.556	86,30%
ADMITIDA	A-	4.708	0,46%	4.003	0,42%
	AA-	79.637	7,73%	50.267	5,24%
	A+	35.299	3,43%	39.951	4,16%
	A	31.168	3,01%	37.316	3,88%
Total		1.030.580	100,00%	960.093	100,00%

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte da carteira de investimentos está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público como demonstrado abaixo.

Ativos Financeiros / Rating	2015					
	AAA	AA	BBB	BB	Sem rating	Ações
A valor justo por meio do resultado	1.080.899	27.322	6.189	30.528	221.035	-
Título de Renda Fixa Privado	282.470	27.322	6.189	30.528	221.035	-
Título de Renda Fixa Público	798.429	-	-	-	-	-
Disponíveis para a venda	3.059.480	-	-	-	-	1.917
Título de Renda Fixa Público	3.055.019	-	-	-	-	-
Título de Renda Fixa Privado	4.461	-	-	-	-	-
Título de Renda Variável	-	-	-	-	-	1.917

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Do montante de R\$ 84.346 de prêmios vencidos (nota 6b), o valor de R\$ 27.787 corresponde a risco decorrido.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (ii)	Fluxo de Passivos (iii)
A vista ou sem vencimento definido	58.178	-
Fluxo de 0 a 3 meses	2.297.730	2.928.454
Fluxo de 3 a 6 meses	387.514	1.288.972
Fluxo de 6 a 9 meses	454.018	507.204
Fluxo de 9 a 12 meses	13.864	204.281
Fluxo de 12 a 60 meses	1.600.540	146.542
Fluxo acima de 60 meses	1.892.285	16.735
Total	6.704.129	5.092.188

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

f. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.



Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

		Cenário
		Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços

Fator de Risco

Índice Bovespa em pontos	42,916
Taxa Pré-fixada de 1 ano	15,88%
Cupom de IPCA de 1 ano.....	6,29%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Moeda estrangeira	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dez/15	(68)	(623)	(241)	(11)	(943)	(530)
Definição	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

g. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

h. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características e peculiaridades de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação do grupo.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos requerimentos e limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

i. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2015	%	2014	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.365.973	30,85	1.646.337	37,52
Títulos de renda fixa - fundos de investimento.....	1.365.973	30,85	1.646.337	37,52
Títulos disponíveis para venda	3.061.397	69,15	2.741.281	62,48
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional.....	1.285.796	29,04	1.259.669	28,71
Títulos de renda fixa - fundos de investimento.....	950.165	21,46	910.427	20,75
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional.....	819.621	18,51	557.010	12,69
Títulos de renda fixa - debêntures.....	3.898	0,10	9.877	0,23
Títulos de renda variável - ações	1.917	0,04	2.964	0,07
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - judiciais.....	-	-	1.334	0,03
Total	4.427.370	100,00	4.387.618	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2015						
	1 a 30 dias			Valor			
	ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	254.112	41.693	55.098	1.015.070	1.365.973	1.365.503	470
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	798.429	798.429	798.459	(30)
Letras financeiras emissores privados	6.204	41.693	55.098	184.541	287.536	286.221	1.315
Quotas de fundos de investimento	214.899	-	-	-	214.899	214.899	-
Notas do tesouro - operação compromissada	33.009	-	-	-	33.009	33.009	-
Debêntures	-	-	-	32.100	32.100	32.915	(815)
Títulos disponíveis para venda	302.321	193.354	326.426	2.239.296	3.061.397	3.385.392	(323.995)
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	2.235.398	2.235.398	2.560.627	(325.229)
Letras do tesouro nacional	299.841	193.354	326.426	-	819.621	823.276	(3.655)
Debêntures	-	-	-	3.898	3.898	43	3.855
Ações.....	1.917	-	-	-	1.917	883	1.034
Notas do tesouro - operação compromissada	563	-	-	-	563	563	-
Total	556.433	235.047	381.524	3.254.366	4.427.370	4.750.895	(323.525)

	2014						
	1 a 30 dias			Valor			
	ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.400.481	19.668	30.814	195.374	1.646.337	1.520.504	125.833
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	1.251.330	-	-	-	1.251.330	1.251.330	-
Letras financeiras emissores privados	-	19.668	30.814	169.433	219.915	83.512	136.403
Quotas de fundos de investimento	148.153	-	-	-	148.153	148.153	-
Debêntures	-	-	-	25.941	25.941	36.310	(10.369)
Letras do tesouro nacional	998	-	-	-	998	1.199	(201)
Títulos disponíveis para venda	19.478	-	-	2.721.803	2.741.281	2.908.338	(167.057)
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	2.153.582	2.153.582	2.332.884	(179.302)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	557.010	557.010	556.683	327
Debêntures	-	-	-	9.877	9.877	39	9.838
Ações.....	2.964	-	-	-	2.964	883	2.081
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	1.334	1.334	1.334	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	16.514	-	-	-	16.514	16.515	(1)
Total	1.419.959	19.668	30.814	2.917.177	4.387.618	4.428.842	(41.224)

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2015	2014
Total das provisões técnicas	5.527.814	5.360.126
(-) Ativos de resseguro redutores	(813.717)	(760.997)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos).....	(886.798)	(835.260)
(-) Depósitos especiais no IRB - Brasil Resseguros S.A.....	(2.318)	(2.317)
(-) Provisões do convênio DPVAT	(214.838)	(148.580)
Total a ser coberto (A)	3.610.143	3.612.972
Títulos de renda fixa públicos	2.105.417	1.816.679
Quotas de fundos de investimentos	2.087.543	2.404.277
Ações.....	1.911	2.956
Total dado em cobertura (B)	4.194.871	4.223.912
Suficiência (B)-(A)	584.728	610.940

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	798.429	567.544	1.365.973	998	1.645.339	1.646.337
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	33.009	33.009	-	1.251.330	1.251.330
Letras financeiras de emissor privado	-	287.536	287.536	-	219.915	219.915
Quotas de fundos de investimentos	-	214.899	214.899	-	148.153	148.153
Letras financeiras do tesouro	798.429	-	798.429	-	-	-
Debêntures	-	32.100	32.100	-	25.941	25.941
Letras do tesouro nacional	-	-	-	998	-	998
Disponíveis para venda	3.056.936	4.461	3.061.397	2.714.890	26.391	2.741.281
Notas do tesouro nacional.....	2.235.398	-	2.235.398	2.153.582	-	2.153.582
Letras do tesouro nacional	819.621	-	819.621	557.010	-	557.010
Debêntures	-	3.898	3.898	-	9.877	9.877
Ações.....	1.917	-	1.917	2.964	-	2.964
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	563	563	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	1.334	-	1.334
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	-	-	-	16.514	16.514
Total	3.855.365	572.005	4.427.370	2.715.888	1.671.730	4.387.618

e. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo Inicial em 01/01/2015	1.646.337	2.741.281	4.387.618
(+) Aplicações.....	1.240.743	175.100	1.415.843
(-) Resgates.....	(1.708.438)	(150.154)	(1.858.592)
(+) Rendimentos.....	187.331	452.108	639.439
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(156.938)	(156.938)
Saldo Final em 31/12/2015	1.365.973	3.061.397	4.427.370

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo Inicial em 01/01/2014	925.944	2.732.011	3.657.955
(+) Aplicações.....	2.580.896	943.978	3.524.874
(-) Resgates.....	(2.008.416)	(1.272.591)	(3.281.007)
(+) Rendimentos.....	147.913	313.156	461.069
(+/-) Ajuste a valor justo	-	24.727	24.727
Saldo Final em 31/12/2014	1.646.337	2.741.281	4.387.618

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2015, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 110,25% no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*.

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía posição pendente de derivativos. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros foram liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedg*), visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

	Mercadoria (*)	Quantidade	Data de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de Referência 2014
Fundo de investimento					
Bradesco FIF Negocial.....	DI1	10	2015	Venda	(997)
Total FIF RF Negocial					(997)
Total					(997)

O resultado do exercício de 2014 foi de R\$ 1.

(*) DI1 - Contrato futuro de taxa média de depósito interfinanceiro de um dia.

6 Prêmios a receber

a. Ramos de seguro

	2015	2014
Automóvel/RCF	937.644	893.573
Compreensivo residencial	49.228	41.030
Transporte nacional/internacional/RC cargas	44.336	55.913
Marítimo/Aeronáutico	46.293	32.962
Riscos nomeados e operacionais.....	71.389	47.227
Compreensivo empresarial	41.240	27.573
Riscos diversos	19.718	16.522
Risco de petróleo/nucleares.....	7.589	17.525
Crédito doméstico	4.180	3.843
Responsabilidade civil geral	3.561	3.369
Compreensivo condomínio.....	3.843	3.351
Riscos de engenharia	2.378	3.067
Garantia estendida	1.868	1.470
Outros		



b. Movimentação

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	914.545	830.496
Constituição de provisões	794.353	474.513
Reversão de provisões	(481.277)	(257.794)
Sinistros recuperados	(217.224)	(119.867)
Atualização monetária e juros de sinistros	27.947	15.619
Outros	(61.558)	(28.422)
Saldo em 31 de dezembro	976.786	914.545

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2015			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 25f)	Recuperação de sinistros
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	123.799	70.001	202.899	370.926
Outros	Admitida	51.191	-	72.527	-
Total		174.990	70.001	275.426	370.926

Resseguradores	Categoria	2014			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 25f)	Recuperação de sinistros
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	130.951	54.902	255.478	137.308
Outros	Admitida	44.957	-	63.212	-
Total		175.908	54.902	318.690	137.308

d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

Ramo	2015		%	Sinistros ressegurados	Recuperação Sinistros (nota 25f)	%
	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro Cedido (nota 25f)				
Risco operacional/nomeado	176.200	118.474	67,24	94.630	64.812	68,49
Marítimo/Aeronáutico	90.070	71.833	79,75	307.572	268.725	87,37
Transportes	134.214	25.297	18,85	134.999	16.442	12,18
Outros	983.257	59.822	6,08	376.129	20.947	5,59
Total	1.383.741	275.426		913.330	370.926	

Ramo	2014		%	Sinistros ressegurados	Recuperação Sinistros (nota 25f)	%
	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro Cedido (nota 25f)				
Risco operacional/nomeado	193.763	147.382	76,06	75.516	46.067	61,00
Marítimo/Aeronáutico	138.775	76.405	55,06	59.059	35.939	60,85
Transportes	97.169	18.924	19,48	98.383	5.061	5,14
Risco de engenharia	14.961	12.755	85,25	4.054	2.311	57,01
Outros	898.104	63.224	7,04	329.995	47.930	14,52
Total	1.342.772	318.690		567.007	137.308	

8 Bens a venda - Salvados

a. Composição

	2015	2014
Automóvel	72.521	70.209
Ramos elementares	24.895	1.774
Subtotal	97.416	71.983
Redução ao valor recuperável	(24.647)	(18.973)
Total	72.769	53.010

b. Aging-list

	2015	2014
De 1 a 30 dias	29.976	17.820
De 31 a 60 dias	6.402	13.436
De 61 a 120 dias	32.328	14.569
De 121 a 180 dias	4.063	7.185
Total	72.769	53.010

9 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários líquidos

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos a compensar	52.904	7.633	60.537	7.400
Créditos tributos diferidos (i)	-	241.178	241.178	158.800
Obrigações fiscais diferidas (ii)	-	(37.248)	(37.248)	(32.039)
Total	52.904	211.563	264.467	134.161

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Saldo em 2014		Saldo em 2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para riscos de crédito	26.840	27.387	(10.980)	43.247
Provisão para contingências fiscais	35.132	5.163	(408)	39.887
Provisão para contingências cíveis	7.182	9.948	(4.315)	12.815
Provisão para contingências trabalhistas	2.382	463	(954)	1.891
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057
Outros	19.384	11.955	(18.656)	12.683
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	91.977	54.916	(35.313)	111.580
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	66.823	97.872	(35.097)	129.598
Total dos créditos tributários	158.800	152.788	(70.410)	241.178

Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Saldo em 2013		Saldo em 2014	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para riscos de crédito	30.232	2.631	(6.023)	26.840
Provisão para contingências fiscais	30.945	4.322	(135)	35.132
Provisão para contingências cíveis	9.227	3.049	(5.094)	7.182
Provisão para contingências trabalhistas	3.349	566	(1.533)	2.382
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057
Outros	9.008	19.384	(9.008)	19.384
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	83.818	29.952	(21.793)	91.977
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	76.713	66.823	(76.713)	66.823
Total dos créditos tributários	160.531	96.775	(98.506)	158.800

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2014		Saldo em 2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Atualização de depósito judicial	32.039	5.209	-	37.248
Total de obrigações fiscais diferidas	32.039	5.209	-	37.248

	Saldo em 2013		Saldo em 2014	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Atualização de depósito judicial	28.550	3.489	-	32.039
Total de obrigações fiscais diferidas	28.550	3.489	-	32.039

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2016	11.399	8.240	19.639
2017	6.241	4.323	10.564
2018	4.631	3.191	7.822
2019	5.689	3.640	9.329
2020 em diante	40.749	23.477	64.226
Total	68.709	42.871	111.580

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 99.672.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2015	2014
INSS	94.319	92.078
Sinistros	44.312	36.325
Cíveis e trabalhistas	13.691	13.213
DPVAT	-	1.909
PIS	3.642	3.521
IR e CSLL	3.495	3.325
Outros	5.714	5.637
Total	165.173	156.008

11 Investimentos - Participações societárias

	BSP		EABS	
	IRB Brasil Resseguros	Empreendimentos Imobiliários	Serviços de Assistência e	Total
	S.A. (a)	S.A. (b)	Participações S.A. (c)	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	507.503	102.312	40.689	650.504
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(254)	-	-	(254)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(1.427)	-	-	(1.427)
Reestruturação societária	-	(64.082)	(45.115)	(109.197)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(62.418)	(52.500)	-	(114.918)
Resultado de equivalência patrimonial	175.122	14.270	4.426	193.818
Saldo em 31 de dezembro de 2014	618.526	-	-	618.526
Ajuste com títulos e valores mobiliários	180	-	-	180
Outros ajustes de avaliação patrimonial	835	-	-	835
Reestruturação societária	(587.939)	-	-	(587.939)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(64.123)	-	-	(64.123)
Resultado de equivalência patrimonial	32.521	-	-	32.521
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-

- (a) Redução de capital em 6 de agosto de 2015 no montante de R\$ 587.939, representada por 63.726.600 ações de emissão de IRB Brasil Resseguros S.A., como devolução ao sócio cotista Bradesco Seguros S.A.
- (b) Redução de capital em 23 de julho de 2014 no montante de R\$ 64.082, representada por 57.921.848 ações de emissão da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., como devolução ao sócio cotista Bradesco Seguros. Operação resultante do processo de reestruturação efetuado no exercício de 2014 no Grupo Bradesco Seguros.
- (c) Redução de capital em 23 de julho de 2014 no montante de R\$ 45.115, representada por 10.884 ações de emissão da EABS Serviços de Assistência e Participações S.A., como devolução ao sócio cotista Bradesco Seguros. Operação resultante do processo de reestruturação efetuado no exercício de 2014 no Grupo Bradesco Seguros.

12 Imobilizado

	2015			2014		
	Saldo em 2014	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2013	Aquisição	Depreciação
Terrenos e imóveis	2.736	-	-	-	2.850	(114)
Bens móveis	10.380	533	(2.044)	11.284	1.460	(2.250)
Outras imobilizações	13.138	1.147	(6.015)	18.054	1.886	(6.802)
Total	26.254	1.680	(8.059)	29.338	6.196	(9.166)

13 Intangível

	2015			2014		
	Saldo em 2014	Aquisição	Amortização	Saldo em 2013	Aquisição	Amortização
Sistema de computação	157.126	112.355	(58.643)	125.651	71.159	(39.684)
Outros intangíveis	21.216	-	(2.080)	23.136	-	(1.920)
Total	178.342	112.355	(60.723)	148.787	71.159	(41.604)

14 Obrigações a pagar

	2015	2014
Partes relacionadas (Nota 23)	142.658	81.548
Fornecedores	18.321	28.372
Participação nos lucros a pagar	8.880	11.458
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	1.758	3.073
Outras obrigações	13.315	27.497
Total	184.932	151.948

15 Impostos e encargos sociais a recolher

	2015	2014
Impostos sobre operações financeiras	71.545	67.456
Impostos sobre serviço a recolher	8.156	8.093
Contribuições previdenciárias	3.502	3.971
PIS/COFINS/CSLL terceiros	1.772	1.617
Impostos de renda retido na fonte a recolher	984	1.154
Outros impostos e encargos a recolher	445	447
Total	86.404	82.738

16 Impostos e contribuições

	2015	2014
Imposto de renda	-	9.284
Contribuição social	-	5.522
COFINS	13.397	10.172
PIS	2.177	1.654
Total	15.574	26.632

17 Depósitos de terceiros

	2015				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	20.095	3.025	1.834	-	24.954
Prêmios e emolumentos	35.505	4.175	2.235	-	41.915
Outros depósitos	3.148	932	89	19	4.188
Total	58.748	8.132	4.158	19	71.057

	2014				
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	20.818	4.200	2.123	-	27.141
Prêmios e emolumentos	39.779	3.993	1.519	-	45.291
Outros depósitos	3.857	130	5	12	4.004
Total	64.454	8.323	3.647	12	76.436

18 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a. Composição

	2015	2014
Provisão de prêmios não ganhos	2.620.202	2.632.720
Provisão de sinistros a liquidar administrativo	1.358.854	1.292.100
Provisão de sinistros a liquidar judicial	764.973	740.340
Provisão de IBNR	768.620	605.680

**d. Desenvolvimento de sinistros**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	1.973.333	1.665.802	1.686.277	1.075.658	2.051.071	2.406.654	2.630.295	3.128.018	3.017.311	3.706.304	4.156.707	-
Um ano após o aviso	1.910.261	1.596.438	1.625.876	1.031.729	2.029.535	2.385.506	2.607.545	3.028.046	2.846.094	3.454.846	-	-
Dois anos após o aviso	1.874.635	1.570.004	1.584.845	1.011.255	2.010.103	2.376.709	2.589.475	3.015.358	2.807.954	-	-	-
Três anos após o aviso	1.866.735	1.574.554	1.581.404	1.000.755	2.007.070	2.392.447	2.597.310	3.035.781	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	1.872.700	1.568.711	1.585.868	1.002.537	2.036.234	2.405.432	2.594.355	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	1.878.593	1.576.505	1.588.498	997.192	2.037.122	2.415.926	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	1.874.098	1.583.284	1.596.764	1.008.188	2.050.290	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	1.885.090	1.594.514	1.589.632	1.011.141	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	1.889.591	1.597.299	1.595.568	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	1.919.974	1.609.050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	1.922.879	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	1.922.879	1.609.050	1.595.568	1.011.141	2.050.290	2.415.926	2.594.355	3.035.781	2.807.954	3.454.846	4.156.707	26.654.497
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.864.134)	(1.578.940)	(1.576.962)	(985.491)	(2.002.211)	(2.337.181)	(2.526.688)	(2.762.693)	(2.662.909)	(3.222.637)	(2.947.220)	(24.467.066)
Provisão de sinistros a liquidar	58.745	30.110	18.606	25.650	48.079	78.745	67.667	273.088	145.045	232.209	1.209.487	2.187.431

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e retrocessão no montante de R\$ 98.288 e estimativa de salvados e ressarcidos R\$ (161.892).

Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	1.676.231	1.433.958	1.411.018	851.308	1.785.979	2.252.425	2.434.366	2.798.686	2.811.845	3.520.970	3.801.086	-
Um ano após o aviso	1.633.238	1.388.380	1.374.822	838.116	1.767.571	2.226.547	2.409.938	2.688.221	2.645.925	3.304.870	-	-
Dois anos após o aviso	1.594.387	1.385.892	1.371.502	826.988	1.760.401	2.222.960	2.398.452	2.690.122	2.620.053	-	-	-
Três anos após o aviso	1.596.625	1.390.160	1.368.952	836.236	1.763.735	2.240.824	2.411.974	2.699.782	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	1.610.378	1.390.591	1.376.028	840.689	1.784.644	2.255.457	2.420.706	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	1.626.517	1.401.369	1.381.510	847.027	1.791.026	2.269.167	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	1.638.078	1.409.275	1.390.791	859.192	1.805.057	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	1.650.262	1.420.712	1.394.311	864.950	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	1.664.847	1.425.537	1.400.450	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	1.684.714	1.436.537	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	1.688.698	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	1.688.698	1.436.537	1.400.450	864.950	1.805.057	2.269.167	2.420.706	2.699.782	2.620.053	3.304.870	3.801.086	24.311.356
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.662.699)	(1.413.898)	(1.387.870)	(846.486)	(1.773.944)	(2.219.870)	(2.365.397)	(2.625.696)	(2.527.504)	(3.129.286)	(2.844.559)	(22.797.209)
Provisão de sinistros a liquidar	25.999	22.639	12.580	18.464	31.113	49.297	55.309	74.086	92.549	175.584	956.527	1.514.147

e. Aging de sinistros judiciais

	2015			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro	194.547	344.189	764.974	
Sinistro Líquido de Resseguro	161.631	261.755	615.081	
	2014			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro	179.412	297.460	686.985	
Sinistro Líquido de Resseguro	165.224	238.757	594.153	

f. Desenvolvimento da provisão sinistro judicial

	PSL	Resseguros
Saldo do início do período	740.340	92.832
Total pago no período	(347.086)	(12.505)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para ações pagas no período	(140.466)	(10.144)
Quantidade de ações pagas no período	8.950	105
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	12.383	8
Novas constituições no período	184.522	17
Novas constituições referentes a citação do período	184.517	16
Novas constituições referentes a citação de exercícios anteriores	5	1
Baixa da provisão por êxito	(49.000)	(6.805)
Alteração de estimativas e probabilidades	197.384	13.906
Alteração da provisão por atualização monetária e juros judiciais	38.813	690
Saldo final período	764.973	88.135

19 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

- INSS - Vínculo de emprego
Valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 7.444 (R\$ 7.198 em 31 de dezembro de 2014) onde se discute a contribuição previdenciária sobre a existência de suposto vínculo de emprego de prestadores de serviços.
- INSS - Contribuição previdenciária
Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) - Valor provisionado e depositado judicialmente, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 87.230 (R\$ 75.958 em 31 de dezembro de 2014). Discute-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.
- PIS - Irretroatividade/Anterioridade - EC 10/96
Pleiteia, para os períodos de janeiro a junho de 1996, calcular e recolher o PIS nos termos da LC 077/0 (PIS Repique) e não nos termos das EC 10/96 (PIS sobre a Receita Bruta Operacional), as quais, para referidos períodos, desrespeitaram os princípios constitucionais da irretroatividade e da anterioridade, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 3.642 (R\$ 3.521 em dezembro de 2014).
- **(ii) Processos trabalhistas**
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.
- **(iii) Passivos contingentes**
Refere-se a Auto de Infração no valor atual de R\$ 30.650 mil, decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2ª Região. A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.
- **(iv) Processos cíveis**
Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.
- **(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º janeiro de 2015	91.078	5.955	17.956	114.989
Constituições	10.918	772	21.889	33.579
Reversões	(1.021)	(2.352)	(10.594)	(13.967)
Atualização monetária	7.379	-	-	7.379
Saldo em 31 de dezembro de 2015	108.354	4.375	29.251	141.980
Saldo em 1º janeiro de 2014	80.610	8.373	23.067	112.050
Constituições	6.057	1.416	7.622	15.095
Reversões	(337)	(3.834)	(12.733)	(16.904)
Atualização monetária	4.748	-	-	4.748
Saldo em 31 de dezembro de 2014	91.078	5.955	17.956	114.989

20 Patrimônio líquido**a. Capital social e dividendos**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 207.644 (189.554 em 31 de dezembro de 2014) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	289.137	184.140
Constituição da reserva legal	(14.457)	(9.207)
Base de cálculo dos dividendos	274.680	174.933
Dividendos propostos no exercício	100.000	43.733
Juros sobre capital próprio	110.500	-
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	76,63%	25,00%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$ 43.733, em espécie, em integralização de créditos existentes na Companhia proveniente de dividendos propostos em 2014, com a emissão de 3.766 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato foi aprovado pela portaria SUSEP/DIRAT nº 218, de 17 de julho de 2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de agosto de 2015, foi deliberada a redução de capital, no montante de R\$ 587.939, sem cancelamento de ações, mediante a restituição à sua controladora de investimento de sua propriedade representado por 63.726.600 ações ordinárias em emissão do IRB - Brasil Resseguros S.A. Este ato foi aprovado pela SUSEP, conforme portaria SUSEP nº 1.271, de 14 de outubro de 2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$ 130.000, em espécie, com a emissão de 14.324 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

21 Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	1.730.926
(-) Despesas antecipadas	86.460
(-) Ativos intangíveis	227.761
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.416.705
Capital-base (I)	15.000
Capital de risco (II)	1.263.181
Capital de risco de subscrição	1.164.746
Capital de risco de crédito	113.779
Capital de risco operacional	37.578
Efeito da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(52.922)
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	1.263.181
Suficiência de capital (PLA-CMR)	153.524

O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco em 31 de dezembro de 2015 era de 46% equivalente à R\$ 584.728 (nota explicativa 4c), e o requerido pela Resolução CNSP 321/2015 é de 20%.

22 Benefícios a empregados**Planos de Previdência Complementar**

A contribuição para os planos durante o período de 2015 totalizou a R\$ 7.165 (R\$ 11.460 em 2014), que estão integralmente cobertos por Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (FIEs) na empresa ligada Bradesco Vida e Previdência S.A. Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

23 Transações e saldos com partes relacionadas

	2015	2014	2015	2014
Ativo	105.313	1.352.651	3.080	3.608
Disponibilidades	29.002	65	3.045	3.582
Banco Bradesco S.A. (controlador final) ...	29.002	65	2.645	3.582
Aplicações	33.572	1.267.844		
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (e)	33.572	1.267.844	400	-
Equivalentes de caixa	24.906	63.576	35	26
Banco Bradesco S.A. (controlador final) ...	24.906	63.576	35	26
Valores a receber	17.833	21.166	(626.652)	(452.983)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (g) ...	2.505	3.682	(7.966)	(11.525)
Bradesco Vida e Previdência S.A. (empresa ligada) ...	485	114	(1.073)	(2.168)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (b) ...	14.777	17.370	(6.893)	(9.357)
Atlântica Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada) (b) ...	66	-	(440)	(268)
Passivo	142.658	81.548	(305.570)	(270.994)



24 Principais ramos de atuação

Ramos	2015		Sinistralidade %	Comercialização %
	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos		
Automóvel/RCF	3.944.256	3.984.897	66,67	16,76
Compreensivo residencial	450.042	420.557	11,68	23,68
DPVAT	166.564	166.431	86,68	1,42
Riscos nomeados e operacionais	173.539	177.601	53,50	9,64
Transporte nacional/internacional/RC cargas	134.214	144.106	97,70	17,13
Riscos diversos	143.996	137.320	17,55	34,71
Marítimo/Aeronáutico	90.369	104.625	213,98	15,61
Compreensivo empresarial	119.152	99.737	60,30	41,13
Rural	94.359	91.068	66,63	26,47
Garantia estendida	27.019	40.307	22,43	52,17
Responsabilidade civil geral	22.091	21.703	(66,53)	27,36
Demais	293.152	282.787	35,65	3,07
Total Geral	5.658.753	5.671.139		

Ramos	2014		Sinistralidade %	Comercialização %
	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos		
Automóvel/RCF	4.122.895	3.671.976	70,78	18,52
Compreensivo residencial	388.613	405.679	12,88	24,35
DPVAT	160.026	158.391	87,45	1,43
Marítimo/Aeronáutico	138.775	111.507	65,69	13,95
Riscos nomeados e operacionais	193.763	158.211	50,78	7,36
Riscos diversos	133.683	125.166	17,89	36,41
Transporte nacional/internacional/RC cargas	97.169	89.191	104,96	19,71
Crédito doméstico	48.088	22.606	127,12	0,04
Compreensivo empresarial	85.110	79.205	114,96	38,41
Garantia estendida	42.003	37.565	37,74	57,57
Responsabilidade civil geral	21.385	21.159	95,59	27,39
Riscos de engenharia	14.961	11.705	54,05	6,96
Demais	327.394	304.106	33,04	9,12
Total	5.773.865	5.196.467		

25 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos líquidos

	2015	2014
Prêmios diretos	5.411.720	5.454.366
Prêmios de cosseguros aceitos	110.245	194.576
Prêmios convênio DPVAT	166.564	160.026
Prêmios cedidos cosseguros	(29.776)	(35.103)
Total	5.658.753	5.773.865

b. Receita com emissão de apólice

	2015	2014
Emissão de bilhetes - Consórcio DPVAT	9.660	9.178
Total	9.660	9.178

c. Sinistros ocorridos

	2015	2014
Sinistros diretos	(3.744.732)	(3.464.617)
Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões	(36.984)	(72.147)
Sinistros de consórcios e fundos	(131.316)	(140.764)
Serviço de assistência	(103)	(375)
Recuperação de sinistros	12.469	(26.987)
Salvados e ressarcimentos	445.449	331.680
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(95.070)	52.655
Total	(3.550.287)	(3.320.555)

d. Custos de aquisição

	2015	2014
Comissões sobre prêmios emitidos	(938.799)	(951.088)
Comissões sobre prêmios cancelados	75.012	76.361
Comissões sobre prêmios restituídos	14.856	15.696
Comissões sobre prêmios de cosseguros cedidos	2.864	1.392
Despesas com inspeção de riscos	(43.040)	(42.789)
Outras despesas de comercialização	(86.864)	(111.668)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(254)	54.402
Total	(976.225)	(957.694)

e. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2015	2014
Despesas de seguros	(375.947)	(345.731)
Despesas com administração de apólice	(37.123)	(38.566)
Contribuições sobre comissões	(5.707)	(6.425)
Provisão para riscos de crédito	(19.205)	(3.976)
Provisão de processos judiciais cíveis	(11.295)	5.111
Despesa com DPVAT	(12.208)	(11.490)
Outras despesas operacionais	(247)	(14)
Total	(461.732)	(401.091)

f. Resultado com resseguro

	2015	2014
Prêmios resseguros cedido	(275.426)	(318.690)
Recuperação de indenização de resseguro	370.926	137.308
Variação das provisões técnicas - resseguro cedido	(13.385)	74.173
Variação da provisão IBNR - resseguro	(44.464)	5.234
Salvados e ressarcimentos - resseguro	(65.614)	(2.712)
Participação nos lucros	(244)	6
Total	(28.207)	(104.681)

g. Despesas administrativas

	2015	2014
Despesas com pessoal próprio	(172.462)	(177.843)
Honorários da administração	(2.692)	(4.670)
Ordenados	(94.217)	(92.606)
INSS/FGTS	(31.894)	(31.460)
Planos de previdência privada	(7.165)	(11.460)
Outras	(36.494)	(37.647)
Despesas com serviços de terceiros	(439.272)	(420.163)
Despesas com localização e funcionamento	(194.655)	(166.497)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(29.623)	(30.410)
Despesas com publicações	(40)	(1.317)
Despesas com donativos e contribuições	(3.796)	(2.152)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(8.106)	(6.580)
Despesas administrativas diversas	(7.878)	(8.404)
Total	(855.832)	(813.366)

h. Despesas com tributos

	2015	2014
Despesas com PIS	(14.924)	(13.204)
Despesas com COFINS	(91.837)	(81.253)
Despesas com taxa de fiscalização	(3.567)	(3.255)
Impostos/federais/estaduais/municipais	(7.603)	(2.260)
Total	(117.931)	(99.972)

i. Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	646.888	480.182
Receitas com títulos de renda variável	94	882
Receitas com títulos de renda variável - juros sobre capital próprio e dividendos	-	292
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais	13.491	8.724
Receitas com operações de seguros e resseguros	138.288	102.574
Outras receitas financeiras	43.754	36.311
Subtotal	842.515	628.965
Despesas financeiras		
Despesas com título de renda fixa	(7.449)	(19.113)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros	(113.524)	(49.512)
Tributação sobre operações financeiras	(38.549)	(30.056)
Atualização monetária de contingências passivas	(7.379)	(4.748)
Outras despesas financeiras	(14.353)	(18.666)
Subtotal	(181.254)	(122.095)
Total	661.261	506.870

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no período sobre adições temporárias	14.394	4.670
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(98.678)	(22.221)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(84.284)	(17.551)

26 Reconciliação da alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social

	2015	2014
Resultado antes de impostos e participações	379.564	210.294
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente (i) ...	(170.804)	(84.118)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	14.635	67.028
Participações no resultado	2.764	3.441
Doações, patrocínio e brindes	(2.551)	(3.288)
Contribuição entidade de classe	(647)	(596)
Juros sobre capital próprio	58.500	-
Efeito do diferencial de alíquota da contribuição social (ii)	11.356	-
Outros	2.754	(2.589)
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	(291)	2.571
Imposto de renda e contribuição social do período	(84.284)	(17.551)
Alíquota efetiva	22,21%	8,35%

(i) A partir de 1º de setembro de 2015, a alíquota da contribuição social para empresas do setor financeiro e seguros foi elevada para 20% de acordo com a Medida Provisória 675/15 (convertida na Lei 13.169/2015);

(ii) Refere-se a equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação a alíquota de 20% demonstrada.

27 Outras Informações

Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 5 de fevereiro de 2016, nos jornais Valor Econômico e Jornal do Comercio do Rio de Janeiro.

DIRETORIA

José Sergio Bordin	Diretor-Geral	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Saint'Clair Pereira Lima
Randal Luiz Zanetti	Diretor-Gerente	Humberto Marques Siqueira da Silva	Diretor	Atuário MIBA nº 943
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Saint'Clair Pereira Lima	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Marco Antonio Gonçalves	Diretor-Gerente	Vinicius José de Almeida Albernaz	Diretor	Contador CRC-RS034447/O-7-T-RJ
Enrique Adan Y Coello	Diretor			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores

da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (Sociedade) em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles

internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2015, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19 - CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729